

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO DO
PANTANAL – UNIDERP**

HERCÍLIA MAGALHÃES

**PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO E SEUS EFEITOS NA MELHORIA DA QUALIDADE
AMBIENTAL DA REGIÃO SUDESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

CAMPO GRANDE – MS

2008

HERCÍLIA MAGALHÃES

**PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO E SEUS EFEITOS NA MELHORIA DA QUALIDADE
AMBIENTAL DA REGIÃO SUDESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:
Profa. Dra. Vera Lúcia Ramos Bononi
Profa. Dra. Mercedes Abid Mercante
Prof. Dr. Eron Brum

CAMPO GRANDE – MS

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: **Hercília Magalhães**

Dissertação defendida e aprovada em 14 de julho de 2008 pela Banca Examinadora:

Profa. Doutora **Vera Lúcia Ramos Bononi (Orientadora)**
Doutora em Biologia

Prof. Doutor **Wilson Loureiro (IAP-PR)**
Doutor em Engenharia Florestal

Profa. Doutora **Regina Sueiro de Figueiredo (UNIDERP)**
Doutora em Educação

Prof. Doutor **Silvio Favero**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Prof. Doutor **Raimundo Martins Filho**
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Rafael, Rodrigo e Roseane, para que durante sua caminhada profissional, eles se lembrem, de que o esforço individual e a contribuição coletiva, foram fatores muito importantes para sua conclusão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo dom da inteligência e pela habilidade adquirida na busca do conhecimento; força essa que juntamente com grande dedicação e amor possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao Luís Cláudio, amigo e companheiro, provedor de parte dos custos financeiros, que num momento de desprendimento e desapego pelas coisas materiais, colaborou financeiramente com o alto custo desse curso, valorizando minha luta para me tornar uma profissional melhor.

Ao apoio:

A Professora Dra. Vera Lúcia Ramos Bononi pelo carinho, dedicação e orientação competente.

A Professora Dra. Mercedes Abid Mercante pela atenção, orientação e amizade, a fim de produzir um trabalho de bom nível.

Ao Professor Dr. Eron Brum, atencioso, carinhoso e estimulador, cooperando nos resultados finais de uma boa redação e apresentação.

Ao Professor Dr. Celso Correia de Souza, que, mesmo não fazendo parte do meu Comitê de Orientação, foi um colaborador incansável nas análises estatísticas, contribuindo com o sucesso deste trabalho.

Aos amigos, que, durante todo o período, fortalecidos pelo sentimento de cooperação e companheirismo, fomos embalados pelo dom maior do amor.

E a todos aqueles que indiretamente participaram dessa longa caminhada, unicamente pelo sentimento de amizade e camaradagem, estimulando, dando forças e fazendo valer todo esse aprendizado.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	3
2.2 CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	5
2.3 CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE.....	5
2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	6
2.5 PROGRAMA ESTADUAL DO ICMS ECOLÓGICO.....	7
3 MATERIAL E MÉTODOS	10
3.1 ÁREAS ESTUDADAS	10
3.2 MÉTODO INDUTIVO.....	13
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	15
3.4 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5 CONCLUSÃO	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
APÊNDICE	33
APÊNDICE – A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM MEMBROS DOS CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE E CONSELHO GESTOR.....	34
ANEXOS	36
ANEXO 1 – TÁBUA DE AVALIAÇÃO APLICADA PARA A CATEGORIA PARQUE	37
ANEXO 2 – TÁBUA DE AVALIAÇÃO APLICADA PARA A CATEGORIA APA	45
ANEXO 3 – TÁBUA DE AVALIAÇÃO APLICADA AO MUNICÍPIO	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema – PEVRI

Figura 2 Mapa da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi

Figura 3 Mapa da localização geográfica do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi em Mato Grosso do Sul

Figura 4 Gráfico demonstrativo entre escolaridade e conhecimento sobre legislação dos membros dos conselhos municipais de meio ambiente dos nove municípios e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Figura 5 Gráfico demonstrativo entre escolaridade e renda dos membros dos nove conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Figura 6 Relação entre faixas etárias e importância da existência do conselho na gestão ambiental dos nove conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados comparativos entre escolaridade e renda dos conselheiros pesquisados dos nove conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Tabela 2 Respostas dos conselheiros dos nove conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema para a questão: a que meios de comunicação tem acesso?

Tabela 3 Dados comparativos entre o nível de escolaridade e percepção dos conselheiros da importância da participação no conselho, dos nove conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Tabela 4 Índices ambientais qualitativos dos municípios da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi.

Tabela 5 Índices ambientais qualitativos dos municípios do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.

RESUMO

Este estudo analisa o grau de conhecimento e o nível de participação de membros dos conselhos municipais de meio ambiente e de conselhos gestores na efetividade da gestão ambiental da região sudeste de Mato Grosso do Sul. A participação da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas significa 50% (cinquenta por cento) de representatividade formando paridade com o poder público. Foi utilizada como área de estudo a região onde estão inseridas duas unidades de conservação, uma de proteção integral, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, abrangendo três municípios e outra de uso sustentável, Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi, inserida em nove municípios. A pesquisa de campo foi realizada com os conselhos municipais de meio ambiente de nove municípios e com o conselho gestor do Parque Estadual. Os resultados demonstram que os conselheiros não têm clara a importância do papel deles no processo de gestão e que os Conselhos Municipais de Meio Ambiente são instrumentos para a efetividade da gestão ambiental. A falta de conhecimento sobre como fazer educação ambiental e, gestão participativa em unidades de conservação, conduzem a uma visão muito pontual das questões ambientais. A percepção dos aspectos relacionados ao uso dos recursos naturais é enfatizada na fiscalização, como um papel principal dos órgãos ambientais, em detrimento de uma ação conjunta, governo e sociedade na construção de um processo participativo eficiente e eficaz.

PALAVRAS CHAVE: conselho, educação, gestão participativa e percepção ambiental

ABSTRACT

This study analyzes the degree of knowledge and level of participation of the members of county environmental councils and management councils in the effectiveness of environmental management in the southeastern region of the state of Mato Grosso do Sul. The participation of the civil society in councils of public policies stands for 50% (fifty percent) in partnerships with public agencies. The area used in the study was the region where are located two conservation units, one of full protection, the State Park of Várzeas of the Ivinhema River, which encompasses three municipalities and a sustainable-use unit, the Area of Environmental Protection of the Basin of the Iguatemi River, which encompasses nine municipalities. Field research was conducted with the county environmental councils of nine municipalities and with the management council of the State Park. The results show that advisors do not realize clearly the importance of their role in the management process and that the County Environmental Councils are instruments for an effective environmental management. Lack of knowledge of how to carry out environmental education and participative management in conservation units leads to a rather punctual view of environmental issues. The perception of the aspects related to the use of natural resources is emphasized in inspections as if they performed a leading role of environmental agencies, leaving aside a joint action between government and society to build up an efficient and effective participative process.

KEY-WORDS: council, education, participative management and environmental perception.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação em pensar planos de conservação ambiental como um aspecto educacional no Brasil, teve início na década de 1970, quando importantes setores conservacionistas passaram a discutir e colocar em prática as decisões que eram tomadas nas Convenções Nacionais e Internacionais. A aprovação da Lei nº9.985 de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº4.340 de 22 de agosto de 2002, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representaram um marco aos órgãos públicos em todos os níveis, responsáveis pela gestão das unidades de conservação e para toda sociedade civil.

A Lei do SNUC enfatiza a importância da participação da sociedade civil no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas, assegurando o que preconiza a Constituição brasileira de 1988 com relação ao conceito de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

O mecanismo de fortalecimento da gestão participativa previsto no SNUC é a formação dos Conselhos Gestores, com representação em sua composição, de cinquenta por cento de organizações da sociedade civil, com caráter consultivo ou deliberativo.

A maior parte das 1025 Unidades de Conservação brasileiras, segundo estudos do Fundo Nacional de Meio Ambiente na seleção de projetos para o edital Fortalecimento da Gestão Participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (2003) ainda não possui seus Conselhos Gestores e, quando existem, a participação das populações locais é, muitas vezes, inviabilizada pela falta não só de comunicação adequada, mas também de incentivos e recursos financeiros, caracterizando, mesmo involuntariamente, uma forma de exclusão social.

Embora a consolidação da democracia avance, abrindo espaços de participação da população nos últimos anos, todos os esforços empreendidos ainda não foram suficientes para contemplar devidamente a questão ambiental.

Partindo desses pressupostos, este estudo foi direcionado à análise do grau de conhecimento que os membros dos Conselhos Municipais de Meio

Ambiente e do Conselho Gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema com relação a legislação ambiental e o nível de participação que apresentam face aos dispositivos legais que regem a implantação e implementação de Unidades de Conservação.

Os diferentes graus de conhecimentos sobre legislação, educação e percepção ambiental por parte dos membros das organizações da sociedade civil que fazem parte dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação são fatores para avaliar as carências dos atores sociais, para direcionar políticas públicas de educação ambiental e gestão participativa do meio ambiente.

O objetivo deste trabalho foi analisar a participação da sociedade civil na execução das políticas públicas, principalmente relacionadas com as questões ambientais, nos conselhos municipais de meio ambiente. Como objetivos específicos foram estudados:

- . identificar a compreensão dos conselheiros sobre os aspectos legais que regem a gestão ambiental e as Unidades de Conservação;
- . examinar o nível de percepção dos conselheiros em relação ao ambiente em que vivem; e
- . verificar a expectativa dos conselheiros da sociedade civil em participar dos conselhos municipais de meio ambiente e conselhos gestores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Este conceito expresso pela Lei nº 9.985, dentre seus objetivos, está o de contribuir para a manutenção da diversidade biológica e proteger as espécies ameaçadas de extinção (SNUC, 2000).

Percepção Ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar de si mesmo (TRIGUEIRO, 2003)

Independentemente de estar participando de um grupo em que se discutem as questões ambientais, o ser humano tem essa percepção por meio de estímulos e o filósofo escocês Reid, concebe duas funções para os sentidos externos, que nos faz sentir e nos faz perceber. Segundo ele, a percepção tem sempre um objeto externo que é, neste caso, a qualidade do objeto percebido pelos sentidos (FERRARA, 1999).

Nos estudos realizados pelo grupo de Trabalho União Geográfica Internacional sobre Percepção Ambiental, é citado por Amorim Filho (2002) “Os homens de nosso tempo sabem que se não houver uma boa gestão ambiental, não somente sua qualidade de vida estará ameaçada como, também, a própria vida humana sobre a Terra!”.

Existem poucos estudos que permitem concluir como as unidades de conservação são vistas pela população brasileira, embora existam algumas pesquisas com usuários de algumas Unidades de Conservação específicas, como por exemplo, o trabalho apresentado pela Dra. Cláudia Maria Jacob, Graduanda Lorena Cândido Fleury e Graduanda Ana Carolina Costa Lara Rocha no 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004 com o tema: Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. A conclusão desse trabalho foi de que apesar da heterogeneidade entre os grupos, verificou-se que a percepção foi expandida e aguçada pela preparação prévia de sensibilização ambiental. Independentemente da idade e nível de escolaridade, notou-se que os grupos já sensibilizados participaram mais e conseguiram perceber o perfil do parque de maneira mais frutífera. Comprovou-se também a importância de visitas guiadas nas unidades de conservação para atingir a correta apreciação do meio ambiente.

Na avaliação da percepção ambiental em segmentos formadores de opinião, tem se destacado o Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental - NEPA, que vem desenvolvendo pesquisas, desde 2002 e conta com a participação de professores mestres e doutores dos diversos cursos oferecidos pela instituição do estado do Espírito Santo, com objetivo do enfoque multidisciplinar (processamento de dados, estatística, química, engenharia ambiental, direito, psicologia, saúde ambiental e ocupacional etc), possibilitando o atendimento das demandas de pesquisas de interesse dos próprios alunos ou propostas pelos professores (FERNANDES, 2003).

A produção científica do NEPA se destacou em 2003 por meio da participação em eventos e publicação de artigos em revistas técnicas de circulação nacional, como o artigo “Como os jovens percebem as questões ambientais”, publicado na Revista Aprender, em julho/agosto de 2003 (FERNANDES, *et al*). O NEPA tinha, inicialmente, o objetivo de desenvolver um instrumento pedagógico possível de ser aplicado a alunos e professores da instituição, tendo como base a análise da percepção ambiental, permitindo a identificação e sobretudo a quantificação dessa percepção frente às múltiplas facetas do conhecimento ambiental, e essa metodologia permitiria atuar sobre as vulnerabilidades técnicas e científicas identificadas nos segmentos entrevistados, objetivando condições concretas para o aprimoramento do conhecimento sobre a temática ambiental.

Utilizando-se de questionários com perguntas de múltipla escolha, concentrada em segmentos formadores de opinião, a percepção ambiental é

utilizada como instrumento pedagógico auxiliar na gestão ambiental no âmbito de instituições públicas e privadas de ensino, bem como em empresas privadas.

2.2 CONSELHO GESTOR

O Capítulo V do Decreto Federal 4.340, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 2000 no caput do Artigo 17 define que, as categorias de unidade de conservação, deverão ter conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados. No Artigo 17, em seu § 2º cita a representatividade da Sociedade Civil na composição do Conselho Gestor, e complementa no § 3º sobre a possibilidade de sempre atender para a paridade com os membros do poder público.

Portanto os critérios de participação são estabelecidos legalmente, e o objetivo principal é de que os Conselhos tenham competência de planejar ações que visem a melhoria da qualidade ambiental.

Em seu livro, Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica, Gohn (2007) enfatiza que as questões da representatividade e da paridade constituem problemas cruciais a serem melhor definidas nos conselhos gestores de uma forma geral. Os problemas decorrentes da não existência de critérios que garantam uma efetiva igualdade de condições entre os participantes e o fato de as decisões dos conselhos terem caráter deliberativo não garante sua implementação efetiva.

2.3 CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Em seu artigo 225, a Constituição Federal de 1988 estabelece como direito comum a todos o usufruto de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Compete ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as gerações atuais e futuras.

A capacidade conferida à sociedade organizada de interagir com o Estado na definição de prioridade e na elaboração de políticas públicas constitui uma forma democrática de controle social, e por estarem mais

próximos aos interesses da comunidade, os conselhos de âmbito municipal acabam por adquirir visibilidade no processo de formação, controle e avaliação de políticas públicas (Vilela, 2005).

O Conselho Municipal de Meio Ambiente é um órgão previsto pela lei federal 6.938/1981 que disciplina a criação e atribui a esses conselhos a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, constitui-se num fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo.

2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, desde 1980 reconhece por suas resoluções a necessidade da Educação Ambiental.

Em 1987, foi aprovada pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, por meio do Parecer nº 226, a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus. Ampliando a discussão na década de 1990, o MEC na Portaria nº 678 de 14/05/91, instituiu que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverá contemplar conteúdos de Educação Ambiental.

A gestão da educação formal sinalizava a necessidade de envolver a sociedade nas discussões relativas às questões ambientais, e os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, também foram instituindo instâncias para organizar todo esse processo, por exemplo, a criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA (NEPs), Câmara Técnica de Educação Ambiental (CONAMA), Comissão Interministerial de Educação Ambiental (MMA) e a Comissão de Educação Ambiental do MMA, com o objetivo de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.

O acompanhamento do processo de gestão das unidades de conservação, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral poderá gerar formas inovadoras de empoderamento e de negociação de conflitos nestas áreas, ensejando processos diferenciados para a preservação e conservação ambiental.

No documento Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil (IBAMA, 2007), elaborado pelo IBAMA e pela WWF-Brasil,

foi identificado como fator preponderante no elemento Processos, no Módulo Tomada de Decisão, como contribuição para a efetividade de gestão, a colaboração dos parceiros e a necessidade de implementação de conselhos.

A gestão participativa corresponde a um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos colaboradores na tomada de decisão e este envolvimento não é só na discussão dos problemas, ele é um processo, onde os colaboradores participam da definição dos objetivos, das metas, das decisões e do controle das ações para resolução dos problemas.

A educação ambiental em conjunto com a percepção ambiental poderá criar as possibilidades de repensar o local, proporcionando aos indivíduos analisar a forma como vivem, suas fontes de satisfações e insatisfações e isto contribuirá de forma bastante positiva ao estímulo da participação. A sociedade perceberá que o seu envolvimento nas discussões relacionadas à melhoria da qualidade ambiental, é que tornará possível a criação de instrumentos de gestão participativa e não mais soluções prontas para definir os procedimentos para o desenvolvimento sustentável.

É necessário intensificar a prática da educação ambiental, visto que é um processo que busca sensibilizar as pessoas com relação às questões ambientais, à participação e à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, exercendo seu papel de agente motivador na mudança de atitudes e comportamentos que possam causar impactos negativos em contradição aos valores dessa sociedade.

A percepção ambiental como instrumento de educação ambiental, formará cidadãos, com condições de enfrentar problemas sócio-ambientais, baseado nos seus valores éticos, culturais e políticos, entendendo que ele está defendendo a sua “casa”, ou seja, o meio em que ele vive (Palma, 2005).

2.5 PROGRAMA ESTADUAL DO ICMS ECOLÓGICO

O Programa Estadual do ICMS Ecológico foi implantado em Mato Grosso do Sul no ano de 2001 com a Lei 2.193 de 18 de dezembro de 2000.

Criado pioneiramente no estado do Paraná, o ICMS Ecológico trata de um critério de distribuição da cota-parte do ICMS a que os municípios têm

direito, de acordo com o artigo 158, da Constituição Federal, materializado pela existência, em seus territórios, de unidades de conservação ou áreas de terras indígenas (LOUREIRO, 2002).

É uma forma de beneficiar a sociedade como um todo, fazendo justiça fiscal, ao mesmo tempo em que se procura fazer a conservação do meio ambiente, ou seja, é uma ferramenta econômica para conservação da biodiversidade.

O Programa prevê Avaliação Qualitativa das Unidades de Conservação, e os dados relacionados à qualidade das unidades de conservação são produzidos pela aplicação de uma Tábua de Avaliação que compõe cálculos efetuados para efeito da composição do índice ambiental do município. Os dados, representados pelos escores anuais alcançados pelas unidades de conservação, são produzidos por avaliação de campo realizada pelos técnicos do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, lotados na Gerência de Unidade de Conservação.

A Tábua de Avaliação corresponde a um conjunto de variáveis que, averiguadas em campo, qualificam os níveis de desenvolvimento das ações que visam dar garantias adequadas de conservação a uma determinada unidade de conservação. As Tábuas de Avaliação são compostas de forma diferenciada por categorias de manejo e níveis de gestão, por exemplo, um parque municipal, embora tenha sua tábua composta por variáveis que vão ao encontro dos objetivos de manejo de um "parque", tem parte das variáveis adaptadas, do ponto de vista de escala, a uma gestão possível pelo Poder Público local. O mesmo raciocínio segue em relação às diversas categorias de manejo de unidades de conservação e níveis de gestão

A Tábua de Avaliação está genericamente decomposta em macrovariáveis e variáveis, como por exemplo:

- a) qualidade física, biológica e hídrica da unidade de conservação;
- b) qualidade do planejamento, implementação e manutenção da unidade de conservação:
 - planejamento através da elaboração e implementação dos planos de manejo, zoneamento, entre outros;

- infra-estrutura para caracterização da divisa, sinalização, estradas de acesso, recepção de visitantes;
 - equipamentos para manutenção, audiovisuais e de apoio;
 - pessoal capacitado na gestão da unidade: gerente, guarda-parques, orientadores educacionais;
 - pesquisa nas unidades de conservação, oportunidade de pesquisa propiciada pela unidade de conservação, existência de um programa de pesquisa e retorno das pesquisas desenvolvidas em benefício da área;
 - inserção e importância da unidade de conservação para a comunidade, através das ações de educação ambiental, recreação, entre outros;
 - outros temas correlatos.
- c) análise suplementar das ações do município, prioritariamente nas funções habitação e urbanismo, agricultura, saúde e saneamento (LOUREIRO, 2002).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ÁREAS ESTUDADAS

No Estado de Mato Grosso do Sul, a rede hidrográfica do Rio Paraná é composta dos afluentes de sua margem direita, os rios Iguatemi, Amambaí, Ivinhema, Pardo, Verde, Sucuriú, Quitéria, Santana e Aporé, que formam sub-bacias em que está dividida a bacia do Rio Paraná em Mato Grosso do Sul, e as duas Unidades de Conservação objetos da pesquisa localizam-se nessa área. O Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, criado pelo Decreto nº9.278 de 17 de dezembro de 1998, com as seguintes coordenadas:

Longitude: W 53° 48' 5.88" e 53° 19' 53.55" e Latitude: S 22° 39' 40.38" e 22° 39' 4.08".

Longitude: W 53° 46' 58.87" e 53° 18' 56.28" e Latitude: S 23° 14' 58.33" e 23° 14' 21.33"

Constitui-se na primeira Unidade de Conservação de Uso Indireto criada no Mato Grosso do Sul, e a única que se localiza neste Estado na bacia do rio Paraná. Foi instituído como medida de compensação ambiental da Usina Hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta, antiga Porto Primavera. Ocupa uma área de 73.315,15 ha, abrangendo parte dos municípios de Naviraí, Jateí e Taquarussu (Figura 1), e a importância fundamental que justificou sua criação expressa-se por ser este o último trecho livre de represamento do rio Paraná em território nacional, sendo a planície de inundação periódica e lagoas, constituindo-se em um ambiente de refúgio para grande riqueza biológica, especialmente, no que se refere a diversidade de avifauna (MATO GROSSO DO SUL, 2006).

O Plano de Manejo desse parque se encontra em discussão para a sua efetiva implantação. E, dessa forma, caberá ao Conselho Gestor a definição de propostas de intervenções que busquem minimizar o impacto causado por décadas de degradação, seja pela forma imprópria de uso e ocupação do solo, como por exemplo a drenagem de extensas áreas para a implementação da pecuária extensiva.

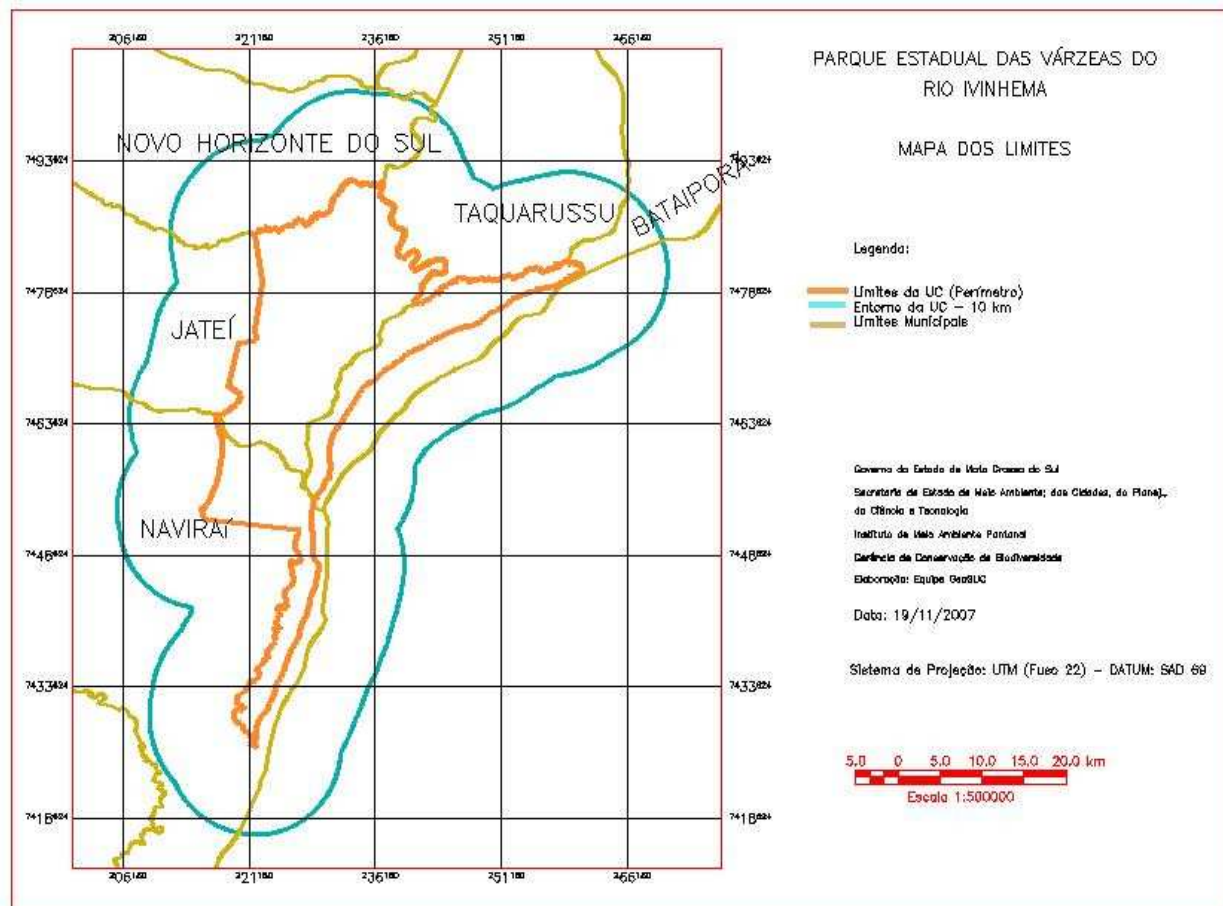


Figura 1 Parque estadual das várzeas do rio Ivinhema

A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi (Figura2), ocupa uma área de 832.705,7917 ha, abrangendo parte de 09 (nove) municípios: Amambai, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru, com as seguintes coordenadas:

Longitude: W 55° 36' 1.28" e 54° 05' 58.27" e Latitude: S 23° 06' 16.19" e 23° 04' 44.32"

Longitude: W 55° 35' 35.85" e 54° 04' 54.92" e Latitude: S 24° 01' 32.98" e 24° 00' 7.04"

A importância fundamental que justificou sua criação foi a recuperação da cobertura vegetal, do solo e de importantes cursos d'água que sofreram um processo acelerado de degradação.

O rio Iguatemi localizado no extremo sul do estado do Mato Grosso do Sul, caracteriza-se como um rio de planície, com curso meandrante e extensas áreas alagáveis. Possui cerca de 300 km de extensão, nascendo aproximadamente a cerca de 520 m de altitude. A vegetação típica da região é

o Cerrado, alternando-se com floresta estacional semidecidual. O rio Iguatemi deságua no rio Paraná a 226 m de altitude, cerca de 20 km das cachoeiras de Sete Quedas, que foi uma barreira biogeográfica entre o alto e médio rio Paraná, hoje eliminada pela represa de Itaipu (SUAREZ; PETRERE, 2006).

A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas da região. No passado houve intensa exploração de madeira o que, juntamente com a agropecuária, levou ao desmatamento de boa parte da bacia.

Para que houvesse a integração das ações de preservação na APA, foi criado o Consórcio Intermunicipal da APA da Bacia do Rio Iguatemi - CIABRI, gerido pelos representantes executivos municipais dos nove municípios.

A APA da Bacia do Rio Iguatemi está em fase de formação do Conselho Gestor e levantamento de dados para elaboração do diagnóstico para o Plano de Manejo.

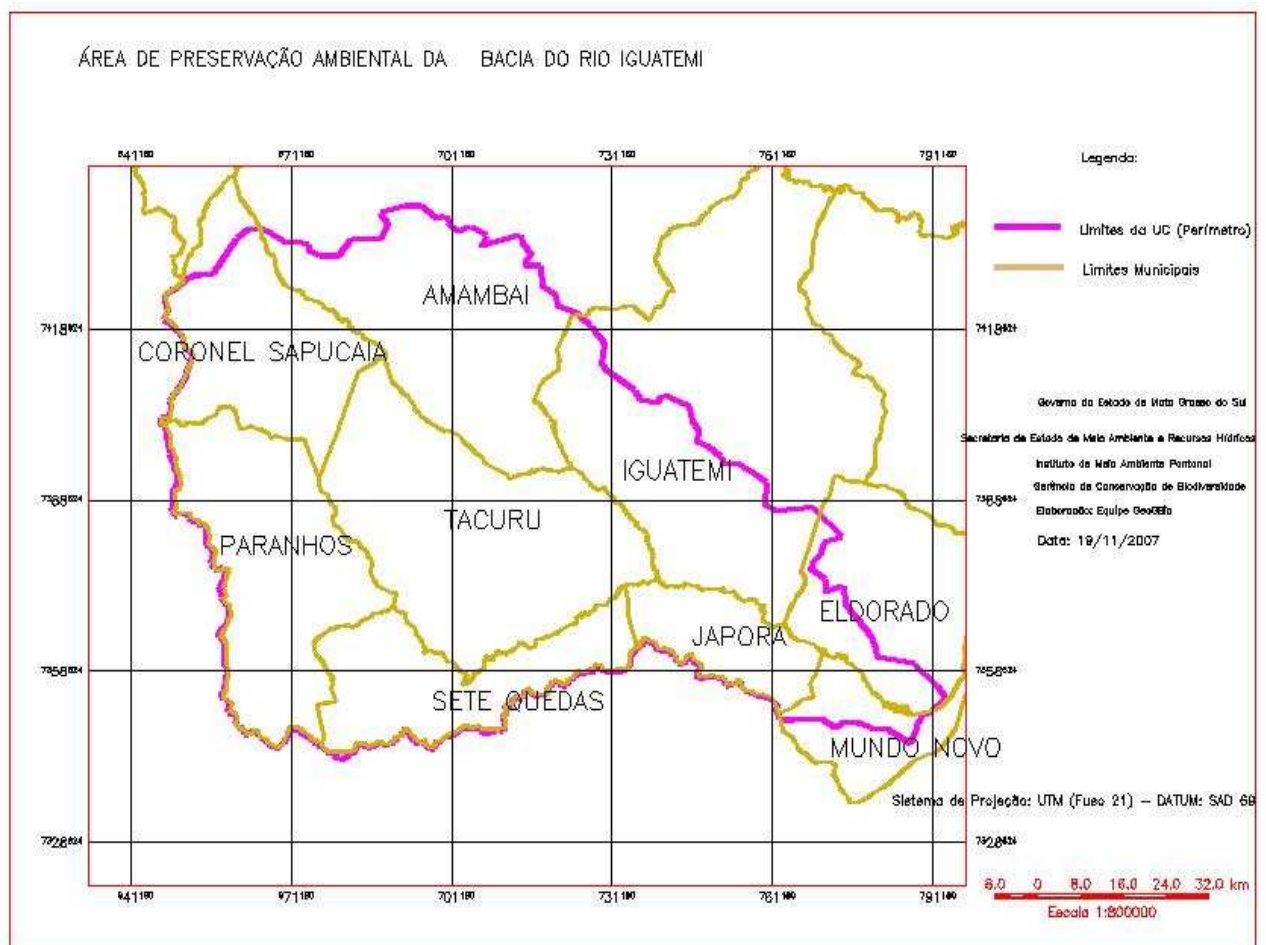


Figura 2 Área de proteção ambiental da bacia do rio Iguatemi

Essas duas áreas foram selecionadas por serem espaços de grande interesse na preservação dos recursos hídricos, e por terem sofrido degradação ambiental em processo acelerado e estarem em processo de implementação de ações de preservação.

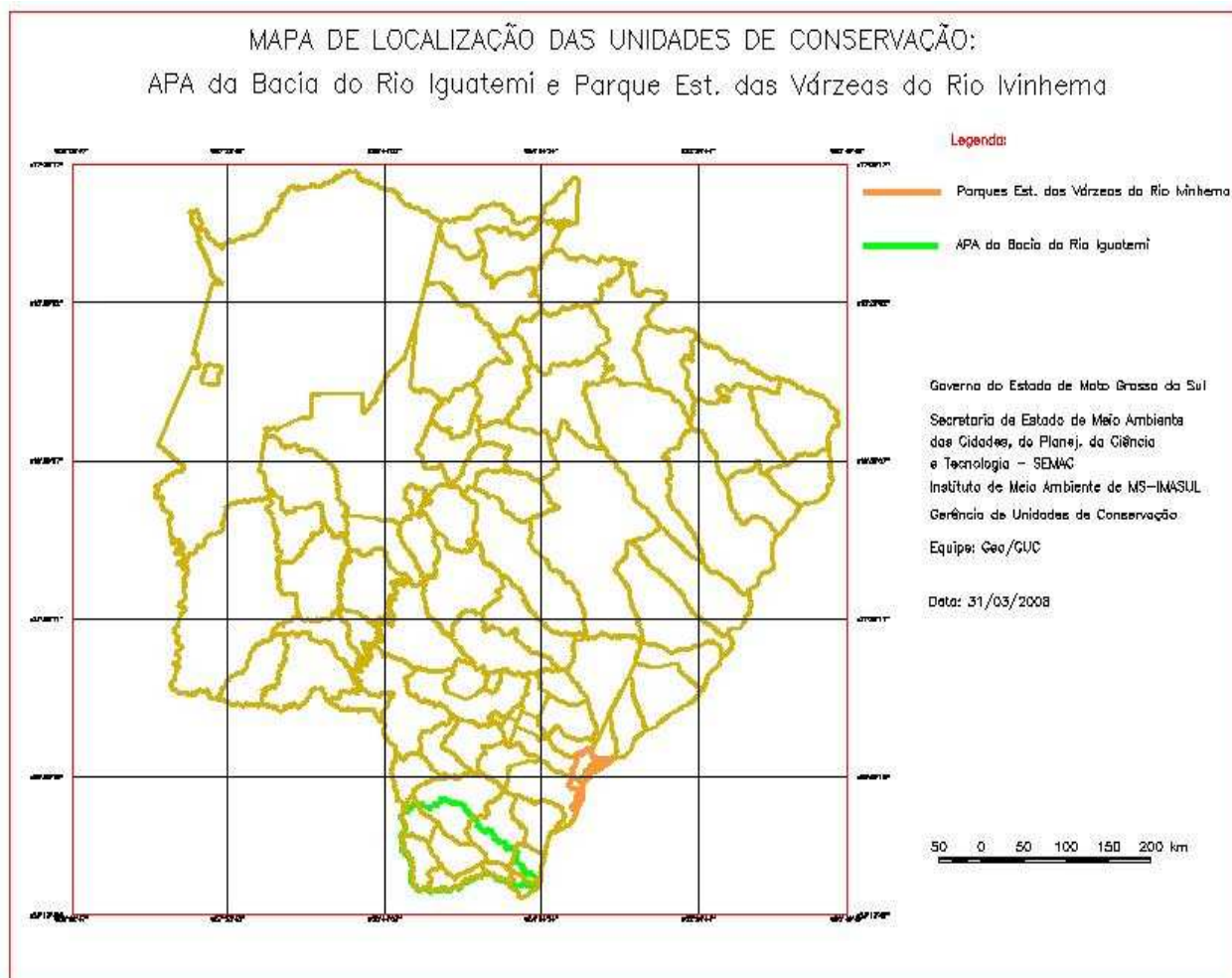


Figura 3 Localização geográfica da APA da Bacia do Rio Iguatemi e Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

3.2 MÉTODO INDUTIVO

O trabalho constou de aplicação de questionário com os membros dos conselhos municipais de meio ambiente em que estão inseridas as duas unidades de conservação, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Iguatemi e com o conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.

Dos doze municípios, foi aplicado o questionário com nove conselhos municipais de meio Ambiente e um conselho gestor.

Os nove conselhos municipais totalizam cento e trinta e cinco membros, e desse total, noventa e dois responderam o questionário, representando 68% dos conselheiros. O conselho gestor do Parque Estadual possui dezesseis membros e oito conselheiros que responderam o questionário, representou 50% do total.

Para avaliar a percepção dos conselheiros foram levantados dados quantitativos e qualitativos por meio de questões, abordando a legislação que incide sobre o uso dos recursos hídricos e a que regulamenta e protege a flora e a fauna.

Foram utilizadas como referências as leis federais 9433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), Constituição Federal/1988 (arts 20 e 225); lei 4771/65 (Código Florestal), Lei 7803/1989 e Medida Provisória 2166-67/2001 (modificações do Código Florestal), Lei 7735/1989 (instituiu o Instituto Nacional - IBAMA), Lei 9985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e Decreto 4340/2002 (Decreto Regulamentador da Lei 9985/2000).

Foram levantados dados de variáveis sócio-econômicos buscando informações sobre: escolaridade; gênero; idade (faixas etárias); renda, foi considerada a renda familiar (ou faixas de renda), para que pudesse realizar as correlações de dados relevantes ao perfil do conselheiro e seu conhecimento.

Atas de reuniões e decisões dos conselhos foram analisadas para verificar participação dos membros, e os dados foram cruzados com resultados obtidos com os questionários. Ganhos ambientais foram destacados.

Após analisar os dados, a discussão foi a relação entre o conhecimento das leis ambientais com renda, escolaridade, gênero e idade. E, também, verificar a percepção que os indivíduos tinham com relação a participação e o meio em que vivem.

Para os efeitos da melhoria da qualidade ambiental, foram analisados dados da Avaliação Qualitativa que o Programa Estadual do ICMS Ecológico em Mato Grosso do Sul faz anualmente, desde o ano de 2002, em todas as unidades de conservação de todos os municípios inseridos no programa, independentemente do nível de gestão. A avaliação qualitativa é composta de uma Tábua de Avaliação com questões que avaliam a qualidade da unidade de conservação e a qualidade ambiental do município. O programa avalia através

das ações que os municípios realizam para melhorar a sua qualidade ambiental e essas ações refletem no aumento ou na diminuição dos repasses dos recursos financeiros.

Considera-se como melhoria da qualidade da unidade de conservação, de qualquer categoria de manejo, ou nível de gestão, a relação direta com os investimentos nela realizados, quer seja pelo mantenedor imediato, quer seja pelo parceiro e que estas melhorias implicam o aumento do escore da unidade de conservação e, ainda, que este aumento de escore resulta em incremento das receitas financeiras do município onde estiver localizada a unidade, os municípios têm interesse em acompanhar, investir e realizar parcerias (LOUREIRO, 2002).

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada com a aplicação do questionário estruturado no período de agosto de 2007 a março de 2008. Os dados foram coletados nos diferentes municípios da região onde estão inseridas as duas unidades de conservação definidas como áreas de estudo.

O método de abordagem para a coleta de dados teve como estratégia, marcar reunião com os conselhos, tendo como pauta, palestra e pesquisa, onde eram apresentados *slides* com alguns conceitos relativos ao papel dos conselhos, legislação e percepção ambiental, num tempo de duas horas no máximo. Após a apresentação, eram distribuídos os questionários e recolhidos ao final da reunião.

A pesquisa dos valores do ICMS Ecológico destinados aos municípios estudados foram feitas junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, utilizando a Tábua de Avaliação Qualitativa no período de 2004 a 2007.

Para o levantamento dos dados referentes à percepção da importância da participação nos conselhos, foram elaboradas três questões:

- . Do que você gosta e do que não gosta no conselho?
- . A existência do conselho é positiva para melhorar a qualidade ambiental?
- . A sua participação no conselho contribui para a melhoria da qualidade ambiental?

O questionário foi dividido nas seguintes dimensões:

- . perfil sócio-econômico dos conselheiros
- . níveis de conhecimento sobre legislação ambiental
- . níveis de conscientização sobre participação
- . níveis de percepção ambiental

Aplicou-se questionários em nove municípios com os Conselhos Municipais de Meio Ambiente: Coronel Sapucaia em 05/09/2007, Tacuru em 19/09/2007, Amambai em 20/09/07, Sete Quedas em 20/09/2007, Navirai em 30/10/07, Mundo Novo em 31/10/07, Eldorado em 01/11/07, 13/02/08. Taquarussu e 10/03/08, Jatei, e com o Conselho Gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema em 27/08/2007. O questionário totalizou 46 perguntas, que serviram de referência para este estudo.

O município de Paranhos não participou da pesquisa por não possuir Conselho Municipal de Meio Ambiente e os municípios de Iguatemi e Japorã não participaram da pesquisa porque os técnicos responsáveis pelo órgão ambiental municipal não conseguiram motivar os Conselheiros Municipais de Meio Ambiente a reunirem-se para participar da pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Os processamentos estatísticos dos dados foram desenvolvidos via programa de estatística Sphinx-V5 Lexica. Para a análise foram utilizados procedimentos de análise uni e bi variadas.

A estatística aplicada à qualidade ambiental da região sudeste foi analisada pelos índices qualitativos que o Programa ICMS Ecológico calcula com notas e pesos variados para cada questão aplicada.

E mesmo a pesquisa com relação a percepção sendo um termo subjetivo, estatisticamente foi possível quantificar os dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grande parte dos problemas que afetam o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas ocorrem nos municípios. E a partir dele podem ser empreendidas ações capazes de preveni-los e solucioná-los. Mais do que isso, o município é o local onde se podem buscar caminhos para um desenvolvimento que harmonize o crescimento econômico com o bem-estar da população.

A preocupação com a qualidade ambiental vem crescendo nos municípios brasileiros. Por isso, têm sido criados mecanismos para aumentar a educação ambiental e promover a mudança de hábitos e de comportamentos. Cada vez mais a população, juntamente com o Poder Público, tem sido chamada a participar da gestão do meio ambiente. Kropotkin (2000) discute o papel histórico do Estado como provedor de soluções para todas as questões públicas mostrando as mudanças e evolução para o papel atual da gestão compartilhada.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente é um órgão criado para esse fim. Esse espaço destina-se a colocar em torno da mesma mesa os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e para a recuperação dos danos ambientais. Trata-se de um instrumento de: exercício da democracia, educação para a cidadania e convívio entre setores da sociedade com interesses diferentes.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, constitui-se num fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo.

A criação do Conselho de Meio Ambiente deve, necessariamente, envolver e mobilizar a população do município, para que tendo acesso às informações necessárias, cidadãos e cidadãs saibam de seus direitos e

deveres e se sintam mais responsáveis pela qualidade ambiental do lugar em que vivem.

Quanto as atribuições e competência dos conselheiros dos nove conselhos municipais de meio ambiente e do conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, os resultados da pesquisa mostram os seguintes resultados: 33,0% do número de pesquisados está na faixa etária de 35 a 44 anos, e para essa faixa de idade, as pessoas já atingiram maturidade vivencial e profissional. Essa maturidade agrega um nível de conhecimento elevado, com 24,0% dos entrevistados com pós-graduação e II grau completo, identificando que eles têm instrução e conhecimento suficientes para contribuir nas decisões relativas às questões ambientais, confirmando os dados da Figura 4 , de que quanto maior a escolaridade maior o conhecimento sobre legislação. Esses dados mostram ainda que pessoas com maior escolaridade e adultos se destacam na comunidade e são indicados como conselheiros.

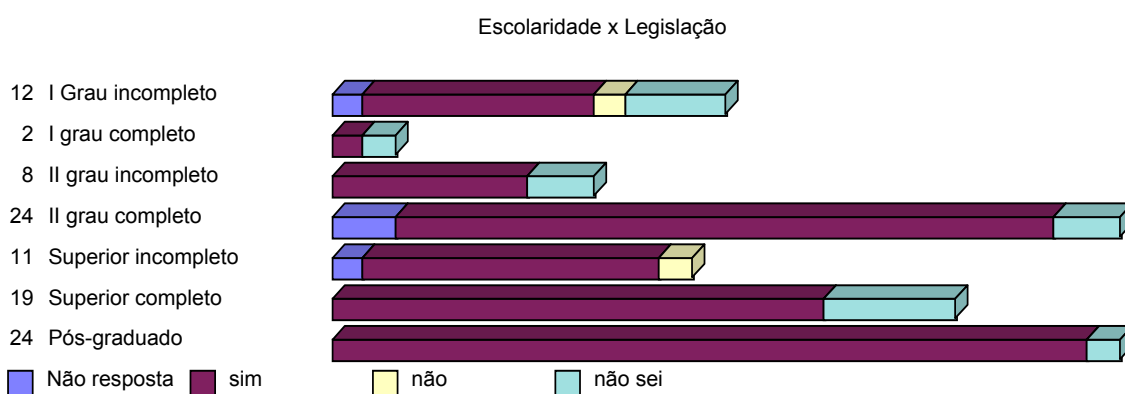


Figura 4 Relação entre escolaridade e conhecimento sobre legislação pelos membros dos conselhos municipais de meio ambiente e conselho gestor do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Os dados demonstram que 73% dos conselheiros, vive nos municípios há mais de 17 anos, e não se sente plenamente capaz de identificar os problemas locais relacionados com as questões ambientais, e os dados significam que a renda está diretamente relacionada com a escolaridade conforme mostrado na Figura 5, confirmando a relação de dependência com a aplicação do teste do quiquadrado.

Tabela 1 Dados comparativos entre escolaridade e renda dos conselheiros municipais de meio ambiente e conselho gestor pesquisados

Escolaridade x Renda	1 SM	De 2 a 4 SM	De 5 a 7 SM	Mais de 7 SM	TOTAL
I Grau incompleto	60.0%	12.2%	3.0%	0.0%	12.0%
I grau completo	20.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.0%
II grau incompleto	0.0%	9.8%	9.1%	6.3%	8.0%
II grau completo	20.0%	26.8%	24.2%	18.8%	24.0%
Superior incompleto	0.0%	12.2%	12.1%	12.5%	11.0%
Superior completo	0.0%	22.0%	15.2%	31.3%	19.0%
Pós-graduado	0.0%	17.1%	36.4%	31.3%	24.0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

A dependência é muito significativa ($X^2 = 53.29$, $gl = 18$ $1-p = 99.99\%$). As células marcadas em azul são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior à frequência teórica.

Apesar do nível de renda dos entrevistados, não ser muito significativo em termos percentuais, posto que 41% está entre dois a quatro salários mínimos, identifica um quadro de não valorização profissional, na qual um sujeito social com pós-graduação pode participar do processo de gestão com melhores condições de conhecimento, mas sua baixa renda é um fator desmotivante para sua efetiva participação, tendo como perspectiva apenas mais uma função, e não a percepção da importância da sua participação no processo de gestão e na sociedade em geral (IBGE, 2008).

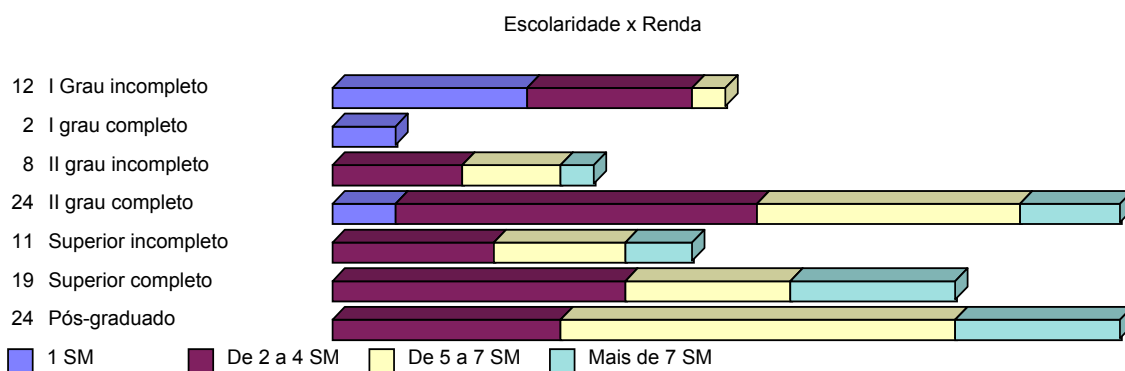


Figura 5 Gráfico demonstrativo entre escolaridade e renda dos membros do conselho gestor e dos conselhos municipais de meio ambiente em MS.

Na Tabela 2, evidencia-se que os entrevistados têm acesso à informação, pois 96,0% dos entrevistados possuem TV e 79,0% possuem

rádio, que são os meios de comunicação de massa de maior alcance e 81,0% diz saber que existe legislação sobre recursos hídricos e apenas 15,0% dos entrevistados conseguiram responder sobre essa lei relacionada a gestão de recursos hídricos. Constatou-se que há membros do conselho que trabalham na SANESUL, que é a Empresa Estadual de Água e Saneamento, e desconhecem a legislação sobre recursos hídricos.

Tabela 2 Respostas dos conselheiros de gestão do parque e conselhos municipais de meio ambiente de nove municípios de MS para a questão: A que meios de comunicação tem acesso?

Quantidade	Frequência em %
Tv	96
Tv a cabo	8
Rádio	79
Computador/Internet	59
Telefone fixo	60
Telefone celular	83
Total obs.	100

A quantidade de citações foi superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (6 no máximo).

Dos 100 pesquisados, 2,3% conseguiu responder de forma adequada a relação de representatividade do Conselho, pela representatividade de ONGs, do poder público ou de algum segmento específico quando foi perguntado “Por que ele tinha sido escolhido para fazer parte do Conselho?”.

Observa-se que 63,0% respondeu que a Legislação que existe é suficiente para proteger a natureza. Porém quando pesquisados com a questão: Por quê eles acham que é suficiente?, as respostas foram de que falta colocar em prática a lei, ou seja, existe a necessidade de cumprir a lei, e que se faz necessário promover a Educação Ambiental, conscientizando a população com palestras, cursos e eventos que tenham como tema a preservação ambiental.

O percentual de 96,0% dos conselheiros afirmou que a existência do conselho é positiva para melhorar a qualidade ambiental e 92,0% afirmou que sua participação no conselho contribui para melhoria da qualidade ambiental, mas a participação nas reuniões é sempre menor do que o total de

conselheiros. Nas reuniões de aplicação dos questionários, o percentual médio de participação foi de 45%.

Em outra questão referente à Legislação, os entrevistados não têm claro quais as atribuições dos órgãos ambientais, e 29,5% afirmou que é fiscalização. Os entrevistados não conseguem elencar quais as atribuições desses órgãos, mas 68,1% sabe que são necessários. Também não sabem definir o que é uma unidade de conservação, mas, conseguem informar que é uma área protegida.

Com relação à percepção ambiental, 94,0% sabia que o rio necessita da sua mata ciliar e a supressão dessa vegetação tem como consequência o assoreamento. Da mesma forma que 100% dos entrevistados afirmaram que o desmatamento interfere na vida dos animais e que eles migram, morrem, são capturados e tudo isso ocasiona um desequilíbrio ambiental.

Cruzando as informações idade (faixa etária) e se a existência do conselho é positiva para melhorar a qualidade ambiental, na Figura 6, identifica-se que é a faixa etária 35 – 44 onde existe a maior conscientização com relação a participação.

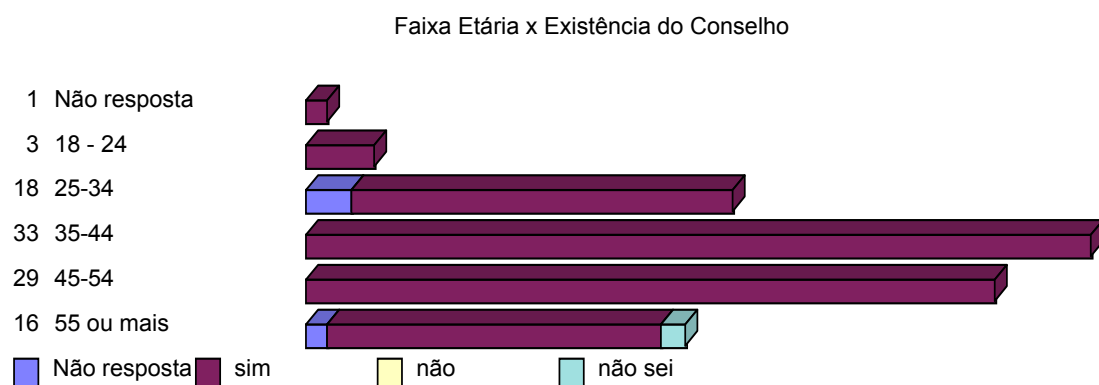


Figura 6 Relação entre faixas etárias e opiniões sobre a importância da existência do conselho na gestão ambiental

A Tabela 3, mostra a relação entre a escolaridade e a importância em participar do conselho. Quanto maior o nível de escolaridade maior é o nível de conscientização da importância da participação, mas a diferença não é significativa.

Tabela 3 Nível de escolaridade e percepção da importância da participação no Conselho.

Escolaridade x Participação	sem resposta	sim	não	não sei	TOTAL
I Grau incompleto	0.0%	13.0%	0.0%	0.0%	12.0%
I grau completo	0.0%	2.2%	0.0%	0.0%	2.0%
II grau incompleto	0.0%	8.7%	0.0%	0.0%	8.0%
II grau completo	75.0%	21.7%	0.0%	33.3%	24.0%
Superior incompleto	25.0%	10.9%	0.0%	0.0%	11.0%
Superior completo	0.0%	19.6%	0.0%	33.3%	19.0%
Pós-graduado	0.0%	23.9%	100%	33.3%	24.0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Aplicando o teste do quiquadrado, verificou-se que a dependência não é significativa ($X^2 = 12.71$, gl = 18, 1-p = 19,17%). Isto prova que a conscientização de participação não está relacionada com nível de escolaridade, podendo-se atribuir a questões culturais.

A demonstração dos resultados, através do cruzamento dos dados apresentados nas tabelas e nos gráficos, indica que os membros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente não têm conhecimento suficiente da legislação referente ao uso dos recursos naturais para obter um resultado mais eficaz na melhoria da qualidade ambiental, e a percepção ambiental que deveriam ter com relação às questões ambientais ainda estão aquém de se obter um resultado positivo de sua atuação. A necessidade de criar políticas públicas voltadas para a inclusão social das comunidades, e adotar como pré-requisitos para participação, o conhecimento mínimo acerca das legislações ambientais, seria o princípio do processo de desenvolvimento sustentável valorizando a participação da sociedade civil (PALMA, 2005).

É pequena a participação dos membros dos conselhos nas reuniões, pois adotou-se como metodologia de aplicação do questionário, uma reunião com os conselhos na qual apresentou-se alguns conceitos sobre participação e percepção ambiental, e também o embasamento legal da criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e dos Conselhos Gestores. Confirmado pela lista de presença, apenas 45% compareceram a essas reuniões, mas o questionário foi distribuído para todos os membros dos conselhos, mesmo os ausentes da reunião, que nesse caso receberam o

questionário do responsável pela área de meio ambiente. Isso demonstrou que, efetivamente, não há uma cultura de participação, e é difícil a partir dos resultados, discutir as causas da desmotivação em participar nos conselhos. Descrença, falta de confiança, falta de conhecimento, falta de capacitação e falta de conhecimento do caráter deliberativo do Conselho Municipal de Meio Ambiente podem ser causas não medidas neste trabalho (STRALEN;RIBEIRO, 2008).

Em uma das atas de reunião do Conselho Gestor do Parque do Ivinhema, foram discutidas ações de fiscalização no entorno do Parque, atribuindo responsabilidades para a Polícia Militar Ambiental, parceira do órgão gestor da unidade de conservação para que auxiliasse mais efetivamente na segurança do parque. Outro tema relevante foi sobre a aplicação dos recursos financeiros em obras de infraestrutura para implementação das ações previstas nos programas do Plano de Manejo. Foi discutida a definição da zona de amortecimento do Parque, para aprovação final e publicação do referido Plano, o que demonstra que, apesar do pouco conhecimento da legislação e do caráter consultivo do Conselho, mesmo assim, decisões têm sido tomadas e inclusive com a destinação de recursos públicos.

Até o momento a legislação tem se preocupado para que os conselhos sejam paritários com a participação do governo e da sociedade civil. Após cerca de 20 anos a sociedade brasileira começa a discutir qual a participação dos conselhos na efetiva melhoria da qualidade do meio ambiente. É difícil valorar essa participação. Neste trabalho procurou-se medir esse efeito através do Programa Estadual do ICMS Ecológico.

Os efeitos da melhoria da qualidade ambiental da região sudeste, segundo os dados levantados e publicados do Programa Estadual do ICMS Ecológico pelo Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, os municípios obtiveram (Tabelas 4 e 5) as seguintes pontuações como índice ambiental:

Tabela 4 Índices ambientais qualitativos dos municípios da APA da Bacia do Rio Iguatemi,MS.

Município	2004	2005	2006	2007
Amambai	0,298	0,564	0,569	0,686
Coronel Sapucaia	0,323	0,450	0,551	0,682
Eldorado	0,250	0,451	0,556	0,530
Iguatemi	0,173	0,693	0,635	0,588
Japorã	0,256	0,489	0,415	0,357
Mundo Novo	0,423	0,688	0,643	0,761
Paranhos	0,452	0,679	0,697	0,499
Sete Quedas	0,139	0,419	0,468	0,461
Tacuru	0,573	0,293	0,601	0,718

Tabela 5 Índices ambientais qualitativos dos municípios do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema,MS.

Município	2004	2005	2006	2007
Jatei	0,750	0,728	0,633	0,701
Navirai	0,810	0,763	0,538	0,700
Taquarussu	0,452	0,690	0,579	0,727

Os resultados mostram que há uma variação positiva nos municípios em que a unidade de uso sustentável está inserida. Quanto mais ações os municípios fazem pela qualidade ambiental da unidade de conservação e no município, seu índice tende a aumentar podendo conseqüentemente aumentar o valor do repasse dos recursos financeiros. Nos municípios que compreende a APA da Bacia do Rio Iguatemi é evidente a melhoria do índice dos municípios e isso pode ser relacionado a ações dos Conselhos Municipais de meio Ambiente.

Já no caso do Parque Estadual a presença do Conselho Gestor parece não ter influência na melhoria da qualidade ambiental dos municípios. Os resultados podem não ser significativos, pois com a atuação dos Conselhos

Municipais de Meio Ambiente dos três municípios onde o Parque está inserido, e do Conselho Gestor, poderia apresentar índices mais altos, que denotariam uma melhoria da qualidade ambiental da unidade de conservação e dos municípios.

Após seis anos de avaliação do Programa Estadual ICMS Ecológico, a variação do índice qualitativo demonstra que a pouca participação nos conselhos ainda é elemento importante do não aumento da melhoria da qualidade ambiental nos municípios, pois não há uma gestão participativa e apenas as ações que o poder público identifica como necessárias é que são realizadas.

A ausência de literatura especializada sobre os dados levantados neste trabalho não permitiu compará-los com outros obtidos para conselhos de outras unidades de conservação. Diegues (1999) discute os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil o que sem dúvida é importante, mas sem a devida participação, essa transferência de conhecimento se perde e não é aproveitada pelo conselho e aplicada à gestão. Também relevante é o trabalho de Morán (1990) sobre ecologia humana das populações da Amazônia e as mudanças de comportamento frente às questões ambientais.

5 CONCLUSÃO

Dos dados levantados foi possível verificar que embora o grau de instrução da maioria dos conselheiros seja alta, muitos deles desconhecem a legislação que regulamenta o conselho e suas atividades, mostrando que há dificuldade em contribuir para uma gestão ambiental participativa e efetiva.

A preocupação dos conselheiros prende-se ao fato de que não há ou existem poucas práticas de gestão participativa. As decisões nas reuniões, geralmente são consideradas, apenas para referendar o que o poder público já pré-determinou, causando desmotivação e descrédito nas ações relacionadas com as questões ambientais.

Pode-se confirmar com o estudo que há necessidade de elaborar um programa de capacitação em educação ambiental e gestão participativa a todos os atores sociais que poderão compor os conselhos municipais de meio ambiente e os conselhos gestores das unidades de conservação, pois os conselhos representam as forças sociais organizadas, realizando a mediação entre sociedade civil organizada e os órgãos governamentais na melhoria da qualidade da gestão ambiental.

A necessidade da gestão participativa é hoje uma realidade, e a sociedade civil já incorporou o conceito, mas ainda é necessária uma ação que mobilize essa sociedade à participação. A mudança nos aspectos cultural e comportamental é que fará com que se vejam resultados de melhoria na qualidade ambiental, proporcionando qualidade de vida para toda sociedade hoje e para as gerações futuras.

O estudo realizado permite concluir que a melhoria da qualidade ambiental nessa região, está diretamente ligada ao processo de conscientização ambiental, para que os membros dos conselhos possam atuar com mais conhecimento e as tomadas de decisões sejam eficientes e eficazes.

Um dos critérios para composição dos conselhos deveria ser o de que o representante possua uma carga horária mínima de cursos ou práticas voltados à educação ambiental, gestão participativa e percepção ambiental, para que

não só as unidades de conservação sejam beneficiadas em sua gestão, mas todo processo relacionado ao uso dos recursos naturais nas localidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário e importante que o poder público crie condições para que toda sociedade participe do processo de desenvolvimento da localidade e tenham oportunidade de adquirir conhecimento com a implantação de um programa de capacitação com temas voltados à questão ambiental.

O processo educativo fortalecerá a crença do que é fundamental para a gestão participativa, democratizando os canais de participação, construindo plataforma de ações mediada pela participação das pessoas e estimulando-as à motivação de perceber que fazem parte do processo decisório da melhoria da qualidade do ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B. **Os Estudos da Percepção como a Última Fronteira da Gestão Ambiental**. *In*: II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 1992, Belo Horizonte. Anais do II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais. Belo Horizonte : Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 2002. v. Único. p. 16-20.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**.

DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Ed.NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, São Paulo. 1999. 211p.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. Texto situado no site <http://educar.sc.usp.br>. Consultado em 20 de setembro de 2007.

FEARNSIDE, P. Código florestal: o perigo de abrir brechas. **Ciência Hoje**, v. 28, n. 163. p. 62-63. 2000.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., SOUZA, J. V, FERNANDES, S. T. Como os jovens percebem as questões ambientais. **Revista Aprender**, Ed. 13, Ano 3, Julho/Agosto 2003.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., SOUZA, J. V, FERNANDES, S. T. Percepção ambiental de universitários. **Revista Preservação: O Meio Ambiente no Espírito Santo**. Ano I, nº 2, dez de 2002 a fevereiro de 2003.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., SOUZA, J.V, FERNANDES, S. T., Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira – UNIVIX, *Vitória, ES*. VII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. **Resumo**. Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo. 10 a 12 novembro. 2003.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., SOUZA, J.V, FERNANDES, S. T. Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em aplicações ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental. Congresso Estadual da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES. **Anais**. Agosto, 2004. Vitória, ES.

FERRARA, L. D. A. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação ambiental urbana através da percepção ambiental: O caso do alto da bacia do limoeiro, Presidente Prudente, SP**. Dissertação de mestrado. Curso de Pós Graduação em Geociências. Universidade de Presidente Prudente. SP. 2001.128p.

GOHN, M.da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2007. Coleções questões de nossa época, v.84. 120p.

GONÇALVES, C. M., MARIANI, M. E., MIRANDA, M., SALGADO, S. R. T. **Percepção Ambiental de Professores da Faculdade UNIVIX, Vitória, ES**. Premio Ecologia e Prêmio Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). 2003.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. Ibama, WWF-Brasil. – Brasília: Ibama, 2007. 96 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário**, resultado anual, 2007. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 17/05/2008.

KROPOTKIN. **O Estado e seu papel histórico**. Ed. Imaginário, São Paulo. 2000. 95p.

LEBRUN, G. 1981. **O que é poder**. Ed. Brasiliense, 3ª ed., São Paulo. 1981. 122p.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná**. Curitiba, 2002. 189f.; 30 cm. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto de Meio Ambiente Pantanal. Gerência de Recursos Hídricos. **Bacia do Rio Ivinhema – Diagnóstico Hidroambiental e Socioeconômico 2004-2005**. Campo Grande-MS, 2006.106p.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia** 1a. ed. RJ: Ed. Vozes Ltda. 1990. 367p.

OLIVEIRA, E. Z. de. **A percepção ambiental da arborização urbana dos usuários da avenida Afonso Pena entre as ruas Calógeras a Ceará da cidade de Campo Grande-MS** –Campo Grande, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. 123p.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação**. Editora Mackenzie. São Paulo. 2004. 80p.

PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental** – Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 67p.

STRALEN, DR.C.J.VAN, RIBEIRO, DRA. M.A.A. da UFMG. **Conselhos de Saúde**. Disponível no site www.fozdoiguacu.pr.gov.br/noticias. Consultado em 17/05/2008

SÚAREZ, Y. R.; PETRERE Jr, M. Paper Gradientes de diversidade nas comunidades de peixes da bacia do rio Iguatemi, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Iheringia, Sér. Zool**, Porto Alegre, 96(2): 197-204. 2006

TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 301p.

VILELA, M. D. de A. **Legislação que disciplina os Conselhos de Políticas Públicas**, Câmara dos Deputados, Brasília, março, 2005.9p.

APÊNDICE

APÊNDICE - A

Questionário aplicado: Pesquisa com membros dos Conselhos de Meio ambiente e Conselho Gestor

Pesquisa com membros dos Conselhos de Meio Ambiente e Conselho Gestor

Perfil Sócio-econômico do Entrevistado

1. Qual sua idade?

- 18 - 24 25-34 35-44 45-54 55 ou mais

2. Local de nascimento?

3. Qual sua escolaridade?

- I Grau incompleto I grau completo
 II grau incompleto II grau completo
 Superior incompleto Superior completo
 Pós-graduado

4. Qual sua situação matrimonial?

- Solteiro Casado Outro

5. Qual sua profissão ou atividade?

6. Qual a Instituição em que atua?

7. Qual município?

8. Quantas pessoas vivem na casa?

- 1-3 4-6 7-9 Mais de 9

9. Quanto tempo mora no município?

- 1-5 6-11 12-17 Mais de 17 de anos

10. Vínculo empregatício:

- Empregado
 Aposentado
 Autônomo
 Desempregado
 Beneficiário Programa Social

11. Qual seu nível de renda?

- 1 SM De 2 a 4 SM De 5 a 7 SM
 Mais de 7 SM

12. Quantas pessoas contribuem para a renda na casa?

- apenas uma 2 3 4
 5 Mais de 5 pessoas

13. Quais bens possui?

- carro geladeira
 ar condicionado máquina de lavar roupa

Você pode marcar diversas casas

14. Possui casa própria?

- sim não

15. Quais meios de comunicação possui em casa?

- Tv Tv a cabo
 Rádio Computador/Internet
 Telefone fixo Telefone celular

Você pode marcar diversas casas

Conhecimento Específico sobre Água

16. De onde vem a água que usam para beber e cozinhar?

- Encanada Poço Poço artesiano
 Rio Outro

17. Essa água é boa?

- sim não não sei

18. A água apresenta algum problema? Defina

19. Como você acha que esse problema apareceu na água?

20. O que você sugere para melhorar a qualidade da água que utiliza?

Conhecimento sobre legislação

21. Quem pode ajudar sobre problemas de água?

- Sanesul Prefeitura Organização Particular
 População

22. Quem é o responsável pelo Rio Minhema ou Iguatemi?

- Governo Federal Estado Município

23. Existe Legislação sobre Recursos Hídricos no Brasil?

- sim não não sei

24. Que Lei?

25. Participou de reunião sobre o tema água?

- Uma vez Duas vezes Mais de três vezes
 Nunca

26. Quando e onde?

A questão só é pertinente se Quantidade1 = "Uma vez" ou Quantidade1 = "Duas vezes" ou Quantidade1 = "Mais de três vezes"

27. O rio muda se desmatar até a margem?

- sim não não sei

28. O que acontece com o rio?

A questão só é pertinente se O RIO MUDA SE DESMATAR ATÉ A MARGEM? = "sim"

29. Desmatar interfere na quantidade de animais da mata?

- sim não não sei

30. O que acontece com os animais?

31. O que é Unidade de Conservação?

32. Quais as atribuições do IBAMA e a SEMAC?

33. As ações do IBAMA e da SEMAC ajudam ou atrapalham?

34. Por quê? (Caso afirmativo)

35. Por quê? (Caso negativo)

36. O que é o Ministério Público?

37. O que a comunidade pode fazer para zelar pela natureza?

38. A Legislação que existe é suficiente para proteger a natureza?

- sim não não sei

39. Por quê? (Caso afirmativo)

40. Por quê? (Caso negativo)

41. O que você sugere para melhorar o convívio da população com a natureza?

42. Por quê foi escolhido(a) para participar do Conselho?

Questões relativas a percepção

43. Do que você gosta e do que não gosta no Conselho?

44. A existência do Conselho é positiva para melhorar a qualidade ambiental?

- sim não não sei

45. A sua participação no Conselho contribui para melhoria da qualidade ambiental?

- sim não não sei

46. Por quê?

ANEXOS

Anexo 1

Tábua de Avaliação aplicada para a categoria Parque

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREENCHIMENTO DA TÁBUA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CATEGORIA PARQUES - ÂMBITO MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL

- Este modelo de “Tábua de Avaliação” deverá ser utilizado no ano de apuração de 2008, com reflexo no exercício civil de 2009. Trata da organização do conjunto de variáveis a serem avaliadas ou reavaliadas, individualmente, em todas as Unidades de Conservação da categoria Parque (SNUC, 2000) registradas ou em processo de registro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, no respectivo ano base, na forma da Portaria IMAP n 001/01.
- Antes do início do trabalho, é recomendável a leitura atenta de toda tábua e legislação pertinente ao programa do ICMS Ecológico.
- A tábua deve ser sempre preenchida a caneta, não podendo ter rasura. Nestes casos deverão ser refeitas, do contrário serão desconsideradas. Todas as páginas da mesma deverão ser rubricadas.
- Qualquer tábua de avaliação é documento de domínio público, portanto pode ser disponibilizada a qualquer interessado. Deve inclusive ser utilizado como instrumento de aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação.
- Para o preenchimento desta tábua o avaliador deve prestar atenção e agir com rigor, em relação ao conjunto de variáveis que irá analisar em relação à Unidade de Conservação. É recomendável sempre uma conferência minuciosa antes da responsabilidade técnica.
- Em caso de reavaliação da Unidade de Conservação, ou seja, a unidade já está registrada no CEUC, baseado no conceito em que Unidade de Conservação é uma: *“porção do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de **domínio público ou privado, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regime especial de manejo e administração, as quais aplicam-se garantias adequadas de conservação**”*, deve-se analisar se a UC deve continuar registrada no CEUC. Em caso POSITIVO, continue aplicando a tábua, em caso NEGATIVO, vá direto a folha de manifestação e emitida justificativas com razões de “ordem técnica” para seu descadastramento no CEUC.
- Qualquer dúvida, contatar imediatamente com a Coordenação do Programa, em Campo Grande, pelo telefone 3318 5600.

IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DA UC E RESPONSABILIZAÇÃO TÉCNICA PELA AVALIAÇÃO:

1. IDENTIFICAÇÃO
Nome da UC:
Categoria de Manejo:
Data de criação da UC:
2. LOCALIZAÇÃO DA UC
Nome do município de interface:
Área total do município de interface:
3. QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA UC
Área com qualidade física satisfatória (ha):
Área com qualidade física insatisfatória (ha):
Área em processo de recuperação (ha):
4 RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO AVALIADOR
Nome completo do profissional avaliador:
Nº do Registro Profissional:
Local e data da Avaliação:
Assinatura do Profissional Avaliador:

1. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DOCUMENTAL

1.1 Existe plano de regularização fundiária para a UC?

- sim ou já foi regularizada
 não

1.2 O poder público tem a posse efetiva da área decretada de utilidade pública?

- sim
 não

1.3 A área da UC está totalmente regularizada (em matrícula)?

- Sim Não

1.4 Quais quesitos para regularização fundiária foram atendidos?

- Já tem levantamento de área, proprietários e matrículas.
 Já foi feita Avaliação dos Imóveis.
 Definição da(s) fonte para pagamento das referidas áreas.
 Já foi realizado demarcação das terras.
 Qual percentual de área já foi adquirido?

1.5 A matrícula atualizada do imóvel onde incide a UC (que já foi adquirido) está em nome do poder público e livre de qualquer afetação dominial?

- sim
 não

2. PLANEJAMENTO, GESTÃO E MANEJO DA UC

2.1 A área da UC está com seus limites definidos?

- a) altamente satisfatório a caracterização dos limites da Unidade de Conservação;
b) satisfatório a caracterização dos limites da Unidade de Conservação;
c) medianamente satisfatório a caracterização dos limites da Unidade de Conservação;
d) pouco satisfatório a caracterização dos limites da Unidade de Conservação;
e) insatisfatório a caracterização dos limites da Unidade de Conservação.

2.2 Como estão planejadas e colocadas as placas de orientação para localização e identificação da unidade de conservação?

- a) altamente satisfatória o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
b) satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;

- c) medianamente satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- d) pouco satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- e) insatisfatório ou inexistente o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas.

2.3 Existe algum tipo de planejamento da UC que vise à adequada gestão da mesma? (Responder a esta pergunta, se a UC tiver até 5 anos)

() sim

() não

Existe Plano de Manejo da UC que vise à adequada gestão da mesma? (Responder a esta pergunta se a UC tiver mais de 5 anos)

() sim

() não

2.4 Qual o nível de implementação do planejamento /plano de manejo acima citado?

(a) Se todo o Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.

(b) Se pelo menos $\frac{3}{4}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.

(c) Se pelo menos $\frac{1}{2}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.

(d) Se pelo menos $\frac{1}{4}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.

(e) Se não estiver sendo implementado nada do Plano de manejo ou Zoneamento.

2.5 Existe plano de recuperação de áreas degradadas preparado para a área?

(a) Em execução ou não é necessário

(b) Só planejamento

(c) Não existe

2.6 Quantos funcionários são necessários para administração e proteção da UC?

R:

2.7 A UC possui quantos funcionários?

R:

2.8 A equipe de administração e proteção na UC está adequada?

(a) O número de funcionários é suficiente e é capacitado, inclusive em informática básica;

(b) O número de funcionários é parcialmente suficiente e capacitado.

(c) Não existem nem parte dos funcionários necessários.

2.9 Existe guarita cumprindo a função de vigilância, triagem e orientação na UC?

- sim
 não

2.10 Quantos são os Guarda-parques que fazem a função de vigilância, triagem e orientação na UC?

- (a) Quando a UC tem número de guarda-parques suficiente, ou seja, 100%
(b) Quando a UC tem apenas 75% da quantidade de guarda-parques necessários
(c) Quando a UC tem apenas 50% da quantidade suficiente
(d) Quando a UC tem apenas 25% da quantidade suficiente
(e) Quando a UC não possui guarda-parques, ou estes estejam abaixo dos 25% da quantidade necessária.

2.11 Os guarda-parques são capacitados?

- (a) Se o nível de capacitação é adequado e suficiente, recebendo os mesmos, recapacitação periódica
(b) Se o nível de capacitação é adequado e suficiente, recebendo os guarda-parques recapacitação apenas esporádica, casualmente
(c) Se o nível de capacitação dos guarda-parques for baixo, ou se nem existir preocupação com esta atividade, incluindo as recapacitações

2.12 Existem ações que visem à integração da comunidade/UC?

- sim não
Quais?

2.13 Existe Conselho Gestor da UC?

- sim não

2.14 Existem estratégias para divulgação da UC?

- sim não

Se sim especificar quais (folders, internet, impressos, cursos, vídeos, outras):

2.16. Existe plano de controle e combate a incêndios especialmente preparado para a área?

- (a) Existe o Plano, bem como as pessoas o conhecem e estão suficientemente preparados para colocá-lo em prática
(b) Não existe o plano

2.17. Existe à disposição dos agentes descritos no plano de controle e combate a incêndios, equipamentos necessários em quantidade suficiente e qualidade adequada?

- (a) Existem as ferramentas e os equipamentos em quantidades suficientes e com a manutenção adequada
(b) Existem as ferramentas e os equipamentos na quantidade suficiente, porém com a manutenção inadequada
(c) Não existem as ferramentas, nem os equipamentos necessários

2.18. Existe plano de controle a pesca e/ou plano de coibição da caça especialmente preparado para a área?

- sim
 não

2.19. A fiscalização por parte do órgão gestor da UC ou Polícia Militar Ambiental é:

- satisfatória
 regular
 insatisfatória
 muito baixa

2.20. É necessário o cercamento da UC para evitar a entrada de espécies da fauna exótica?

- sim
 não
 em parte

2.21. Qual a satisfatoriedade de cerca existente (daquela que é necessária)?

- (a) altamente satisfatório a caracterização dos limites da UC
(b) satisfatório a caracterização dos limites da UC
(c) medianamente satisfatório a caracterização dos limites da UC
(d) pouco satisfatório a caracterização dos limites da UC

2.22. Existe aceiro no entorno da UC?

- sim
 Não

2.23. Atualmente existe alguma parceria feita com ongs, prefeituras, comunidades?

- sim não

Qual Instituição?

Qual tipo de parceria?

2.24. A UC recebe educadores na função de estagiários ou voluntários?

- (a) quando a UC recebe o número de educadores possíveis de serem adequadamente atendidos
(b) quando a UC recebe apenas 75% dos educadores externos possíveis de serem adequadamente atendidos
(c) quando a UC recebe apenas 50% dos educadores externos possíveis de serem atendidos
(d) quando a UC recebe apenas 25% dos educadores externos possíveis de serem adequadamente atendidos
(e) quando a UC, embora tendo potencial para recepção de educadores, ou não tem recebido estes, ou tem recebido número abaixo dos 25%

2.25. O acesso à unidade é feito através de:

- () estrada pavimentada () aéreo
 () estrada não pavimentada () trilha
 () fluvial

3 QUALIDADE BIOLÓGICA DA UC

3.1 Qual o grau de conservação da UC do ponto de vista da vegetação?

- (a) bom
 (b) satisfatório
 (c) regular
 (d) baixo
 (e) baixíssimo

3.2. Há espécies de carnívoros de topo de cadeia?

- (a) sim
 (b) não

Quais? _____

3.3. Existem programas de recuperação ou pesquisa para as espécies silvestres (ou nativas) da flora ou fauna que sejam raras, ou estejam ameaçadas ou em processo de extinção? (cópia dos projetos)

- () sim () não

3.4. A UC possui áreas com erosão?

- () sim () não

3.5. Na UC há espécies vegetais exóticas?

- () 1 -15% () 26 - 50%
 () 16 - 25% () acima de 50%

3.6. Na UC há animais exóticos? (pontua invertidamente)

- () sim
 () não

3.7. Quantas e quais espécies?

R:

3.8. Existe na UC histórico freqüente de caça? (pontua invertidamente)

- () sim
 () não

3.9. Qual destino do lixo gerado dentro do perímetro da UC?

(a) Se for feito a limpeza necessária adequadamente, se funcionar tudo de maneira excelente

(b) Se o processo estiver apenas bom, precisando melhorar

(c) Se o processo estiver apenas regular, precisando melhorar muito

(d) Se o processo estiver ruim, ou seja, não houver a limpeza sistemática

(e) Se não houver um processo sistemático de limpeza, de acordo com as necessidades da Unidade de Conservação

3.10 Na UC há evidência de queimada?

sim

não

3.11. Existem outras UCs no entorno desta Unidade?

sim.

não

Quais? _____

3.12. Há programas de manejo de espécies silvestres?

sim

não

Quais? _____

Representante da Prefeitura responsável pelas informações

Nome e Função dos entrevistados:

Data da Avaliação:

Exercício Fiscal: 2009

Avaliador:

**RECOMENDAÇÕES, OBSERVAÇÕES OU JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS DO
PROFISSIONAL AVALIADOR, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA UC,
OU OUTROS, DEVIDAMENTE COMUNICADAS A PREFEITURA MUNICIPAL.**

Anexo 2

Tábua de Avaliação aplicada para a categoria APA

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREENCHIMENTO DA TÁBUA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CATEGORIA APA – Federal, Estadual e Municipal

- Este modelo de “Tábua de Avaliação” deverá ser utilizado no ano de apuração de 2008, com reflexo no exercício civil de 2009. Trata da organização do conjunto de variáveis a serem avaliadas ou reavaliadas, individualmente, em todas as Unidades de Conservação da categoria Parque (SNUC, 2000) registradas ou em processo de registro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, no respectivo ano base, na forma da Portaria IMAP n 001/01.
- Antes do início do trabalho, é recomendável a leitura atenta de toda tábua e legislação pertinente ao programa do ICMS Ecológico.
- A tábua deve ser sempre preenchida a caneta, não podendo ter rasura. Nestes casos deverão ser refeitas, do contrário serão desconsideradas. Todas as páginas da mesma deverão ser rubricadas.
- Qualquer tábua de avaliação é documento de domínio público, portanto pode ser disponibilizada a qualquer interessado. Deve inclusive ser utilizado como instrumento de aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação.
- Para o preenchimento desta tábua o avaliador deve prestar atenção e agir com rigor, em relação ao conjunto de variáveis que irá analisar em relação à Unidade de Conservação. É recomendável sempre uma conferência minuciosa antes da responsabilidade técnica.
- Em caso de reavaliação da Unidade de Conservação, ou seja, a unidade já está registrada no CEUC, baseado no conceito em que Unidade de Conservação é uma: *“porção do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de **domínio público ou privado, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regime especial de manejo e administração, as quais aplicam-se garantias adequadas de conservação**”*, deve-se analisar se a UC deve continuar registrada no CEUC. Em caso POSITIVO, continue aplicando a tábua, em caso NEGATIVO, vá direto a folha de manifestação e emitida justificativas com razões de “ordem técnica” para seu descadastramento no CEUC.
- Qualquer dúvida, contatar imediatamente com a Coordenação do Programa, em Campo Grande, pelo telefone 3318 5600.

1. IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DA UC E RESPONSABILIZAÇÃO TÉCNICA PELA AVALIAÇÃO.

1. IDENTIFICAÇÃO
Nome da UC:
Categoria de Manejo:
Data de criação da UC:
2. LOCALIZAÇÃO DA UC
Nome do município de interface:
Área total do município de interface:
3. QUALIFICAÇÃO FÍSICA DA UC
Área com qualidade física satisfatória (ha)
Área com qualidade física insatisfatória (ha)
Área em processo de recuperação (ha)
4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO AVALIADOR
Nome completo do profissional avaliador:
Nº do Registro Profissional:
Local e data da Avaliação:
Assinatura do Profissional Avaliador:

1 PLANEJAMENTO, GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E MANEJO DA UC

1.1 A área da UC está com seus limites definidos?

- Sim
 Não

1.2 Como estão planejadas e colocadas as placas de orientação para localização e identificação da unidade de conservação?

- a) altamente satisfatória o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- b) satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- c) medianamente satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- d) pouco satisfatório o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas;
- e) insatisfatório ou inexistente o processo de orientação e identificação das Unidades de Conservação através das placas.

1.3 Existe algum tipo de planejamento, tal como Plano de Ação emergencial ou zoneamento ambiental (ocupação do solo) da UC que vise a sua adequada gestão? (Responder a esta pergunta se a UC tiver até 5 anos)

- sim não

1.4 A UC possui áreas com erosão?

- sim não

1.5 Existe plano de recuperação de áreas degradadas preparado para a área?

- (a) Em execução ou não se faz necessário
(b) Só planejamento
(c) Não existe

1.6 Existe Plano de Manejo da UC que vise a sua adequada gestão? (Responder esta pergunta se a UC tiver mais de 5 anos)

- sim não

1.7 Qual o nível de implementação do planejamento/plano de manejo acima citado?

- (a) Se todo o Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.
- (b) Se pelo menos $\frac{3}{4}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.
- (c) Se pelo menos $\frac{1}{2}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.
- (d) Se pelo menos $\frac{1}{4}$ do Plano estiver implementado, sendo controlado, monitorado e sendo reavaliado.
- (e) Se não estiver sendo implementado nada do Plano de manejo ou Zoneamento.

1.8 Quantas propriedades privadas existem dentro do perímetro da UC?

R:

1.9 Todos os proprietários têm ciência que estão dentro de uma UC?

sim não

1.10 Já está constituído o Conselho Gestor da UC?

sim

não

1.11 – A APA possui um responsável técnico no município ou um técnico por município?

(a) Existe um profissional capacitado e responsável no município

(b) Existe um profissional capacitado, disponível por município (caso da incidência de uma mesma APA em mais de um município);

(c) Não existe profissional capacitado, disponível por município (caso da incidência de uma mesma APA em mais de um município)

1.12 Tem estratégias para divulgação da UC?

sim

não

Quais?

1.13 Qual a situação viária no interior da APA?

boa

razoável

ruim

1.14 A UC tem sido utilizada para atividades de Educação Ambiental?(6)

sim

não

Quais atividades?

2 QUALIDADE BIOLÓGICA

2.1 Qual o grau de conservação da APP e Reserva Legal das propriedades no interior da UC?

(a) bom

(b) satisfatório

(c) regular

(d) baixo

(e) baixíssimo

2.2 Há espécies de carnívoros de topo de cadeia?

(a) sim

(b) não

Quais? _____

2.3 Existem programas de recuperação ou pesquisa para as espécies silvestres (ou nativas) da flora ou fauna que sejam raras, ou estejam ameaçadas ou em processo de extinção? (cópia dos projetos)

sim não

2.4 A UC possui áreas com erosão?

sim não

2.5 Na UC há evidência de queimada?

sim

não

2.6 Há programas de manejo de espécies silvestres?

sim

não

Quais? _____

Representante da Prefeitura responsável pelas informações

Nome e Função dos entrevistados:

Data da Avaliação:

Exercício Fiscal: 2009

Avaliador:

RECOMENDAÇÕES, OBSERVAÇÕES OU JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS DO PROFISSIONAL AVALIADOR, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA UC, OU OUTROS, DEVIDAMENTE COMUNICADAS A PREFEITURA MUNICIPAL.

Anexo 3

Tábua de Avaliação aplicada ao Município

AVALIAÇÃO QUALITATIVA NO MUNICÍPIO I - QUALIDADE DE VIDA

SAÚDE E SANEAMENTO

1. Toda comunidade tem acesso à água tratada/encanada?

- (a) 76 a 100% N° de domicílios atendidos:
(b) 51% a 75%
(c) 21% a 50
(d) 0% a 25%

2. Como é o sistema de esgoto no município?

- () tratado
() fossa séptica com sumidouro
() sumidouro (só fossa)
() a céu aberto

3. Qual a porcentagem da rede de esgoto já instalada no município hoje?

- (a) Em 100% da área do urbana do município
(b) Em 75% da área do urbana do município
(c) Em 50% da área do urbana do município
(d) Em 25% da área do urbana do município
(e) 0% da área do urbana do município

Quantos metros de rede já está instalada?

4. Existe ETE – Estação de Tratamento de Esgoto?

- () Sim () Não

5. Qual o percentual coletado que é tratado?

- () 66 a 100%
() 31 a 65%
() 11 a 30%
() 0 a 10%

6. Qual o destino do esgoto coletado e tratado?

O local (córrego, rio) em que está sendo despejado o esgoto tratado

7. Existe, no município que pertence a UC/TI, coleta seletiva de lixo?
(caminhão p/ coleta diferenciada)

- () sim () não

8. Existe UPL – Unidade de Processamento do Lixo?

() Sim () Não

9. Quem administra?

() Prefeitura Municipal
() Empresa terceirizada

10. O lixo **reciclável** tem destino adequado?

() sim Qual?
() não

11. Existe, no município que pertence a UC/TI:

() aterro sanitário (células impermeabilizadas)
() aterro controlado
() lixão
() sem coleta

TRANSPORTES

12. A manutenção das estradas de acesso para UC/TI está satisfatória?

() sim
() não

II - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

13. Quais ações de educação ambiental são desenvolvidas no município?

() sim Obs.:
() não

III - INTERESSE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PELA UC

14. Já existe no município Secretaria, núcleo, departamento ou gerência destinada à conservação ambiental?

() sim Qual?
() não

15. Se sim, está oficializado?

() sim () não
Nº de funcionários :

16. A prefeitura tem apoiado a UC/TI diretamente com condições de trabalho para a equipe técnica em relação a:

() Infraestrutura tais como: computador com internet, telefone, fax, veículo
() Número de funcionários suficiente para atender todo o processo de gestão das questões ambientais diretamente relacionadas a UC/TI

17. O município tem apoio de outras instituições públicas ou privadas na gestão ambiental?

Sim Não

Quais ações?

18. Existem ações de divulgação da UC/TI por parte da prefeitura?

sim

não

Quais?

19. Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente?

sim Qual?

não

20. O Conselho está regularmente instituído?

Sim (conselho totalmente regularizado com decreto de criação, nomeação dos membros, regimento instituído, calendário de reunião e livro Ata)

Não

21. O Conselho Municipal responsável pelo meio ambiente participa da elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do ICMS Ecológico?

sim

não

22. Foi apresentado ao IMASUL plano de aplicação dos recursos de ICMS Ecológico?

sim

não

23. Houve melhorias ambientais diretamente aplicadas na UC/TI, nas ações previstas no Plano de Aplicação após o envio do recurso financeiro do ICMS Ecológico?

sim

não

24. Qual percentual de ações previstas no Plano de Aplicação foi executado?

71 a 100% das ações previstas foram realizadas

46 a 70% das ações previstas foram realizadas

21 a 45% das ações previstas foram realizadas

0 a 20% das ações previstas foram realizadas

25. Houve melhorias ambientais diretamente aplicadas no município, nas Ações previstas no Plano de Aplicação após o envio do Recurso financeiro do ICMS Ecológico?

71 a 100% das ações previstas foram realizadas

46 a 70% das ações previstas foram realizadas

21 a 45% das ações previstas foram realizadas

0 a 20% das ações previstas foram realizadas

26. Que % do ICMS Ecológico recebido foi investido nas UCs e/ou TI? (Valores previstos no Plano de Aplicação)

- (a) acima de 71%
- (b) de 31 a 70 %
- (c) de 11 a 30%
- (d) de 01 a 10%
- (e) menos de 1%

IV - QUALIDADE E MELHORIA AMBIENTAL

27. Quais problemas ambientais existem hoje no **município**?

- (a) Erosões
- (b) Assoreamentos
- (c) Poluição de rios
- (d) Queimadas
- (e) Desmatamentos
- (f) Degradação de nascentes
- (g) todos

28. Quais ações têm sido realizadas para solução deste (s) dano (s) citado (s) acima?

29. O município possui zoneamento ou Plano Diretor?

- () sim Que tipo?
- () não

30. Existem viveiros de espécies vegetais nativas no município?

- () sim
- () não

31. As mudas são destinadas à recuperação de áreas degradadas?

- () sim
- () não